

DENOMINAÇÕES PARA O FILHO QUE NASCEU POR ÚLTIMO NOS DADOS DO PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL

Lígia Sotero Alves¹
Marcela Moura Torres Paim²

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo verificar a variação lexical em uma perspectiva diatópica para a designação do *filho que nasceu por último* a partir dos dados provenientes do *corpus* do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). Os dados analisados provêm da fala de 20 informantes, recolhida *in loco*, a partir de inquéritos linguísticos, em cinco municípios do Estado de São Paulo: Jales, Votuporanga, São José do Rio Preto, Barretos e Presidente Epitácio. Os informantes considerados foram divididos, equitativamente, em duas faixas etárias, sendo homens e mulheres com nível de escolaridade fundamental, seguindo os princípios da Geolinguística Pluridimensional adotados no Projeto ALiB. Para tanto, foram consideradas as respostas à questão 131 do Questionário Semântico-lexical (QSL) do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, referente à área semântica *ciclos da vida*, a qual apresenta a seguinte possibilidade de formulação: *como se chama o filho que nasceu por último?* que forneceram evidências da variação diatópica nas localidades observadas. (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001, p. 31).

PALAVRAS-CHAVE: Variação linguística; Dialectologia; Variação lexical; Projeto ALiB.

ABSTRACT: This work aims to verify the lexical variation in a diatopic perspective for the designation of *the child who was born last* from the data from the corpus of the Atlas Linguistic Project of Brazil (ALiB). The data analyzed comes from the speech of 20 informants, collected on the spot, from linguistic surveys, in five municipalities in the State of São Paulo: Jales, Votuporanga, São José do Rio Preto, Barretos and Presidente Epitácio. The informants considered were equally divided into two age groups, men and women with a fundamental level of education, following the principles of Pluridimensional Geolinguistics adopted in the ALiB Project. For this purpose, the answers to question 131 of the Semantic-Lexical Questionnaire (QSL) of the Atlas Linguistic Project of Brazil, regarding the semantic area of *life cycles*, were considered, which presents the following formulation possibility: *what is the name of the child who was born last?* which provided evidence of diatopic variation in the observed locations (ALiB PROJECT NATIONAL COMMITTEE, 2001, p. 31).

KEYWORDS: Linguistic Variation; Dialectology; Lexical variation; ALiB Project.

¹ Graduanda em Licenciatura em Letras (Português e Espanhol) pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Bolsista PIBIC-CNPq. E-mail: ligia.sotero@ufrpe.br. Orcid Id: <https://orcid.org/0000-0001-7088-5172>

² Professora associada III do Departamento de Letras e do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: marcela.paim@ufrpe.br. Orcid Id: <http://orcid.org/0000-0002-1303-3763>

1. Introdução

A língua, de acordo com Marchuschi (2008, p.61), consiste em um “conjunto de práticas sociais e cognitivas historicamente situadas”. Para tanto, organiza-se através de um sistema simbólico que ocorre, efetivamente, de forma flexível e criativa, em contextos sociointerativos. Esse sistema, por estar intrinsecamente atrelado ao indivíduo que o utiliza e, conseqüentemente, ao contexto sócio-histórico em que está inserido, apresenta-se de forma diversa, funcionando, inclusive, como um índice de pertencimento social.

No que concerne à relação entre a língua e o indivíduo falante, é pertinente trazer à discussão a seguinte proposição de Calvet (2002, p.12): “as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes”. Ora, se a relação entre língua e indivíduo se dá de forma tão intrínseca, podemos considerar que características desse falante e do meio social no qual está inserido podem ser apreendidas a partir da observação do seu comportamento linguístico.

A respeito dessas características, destacam-se, neste estudo, as particularidades de uso da língua pelos indivíduos falantes que decorrem do fato de pertencerem a uma determinada região, ou seja, o seu dialeto. Segundo Freitag e Lima (2010, p.26), essas particularidades não são observadas apenas no contorno melódico e suprasegmental, mas também em traços morfofonêmicos, morfossintáticos, semântico-discursivos e, sobretudo, nos traços lexicais, cujas variações serão o enfoque do nosso trabalho.

Com relação aos estudos das variações lexicais no Brasil, destaca-se o papel do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, retomado em 1996, cujos frutos iniciais foram colhidos em 2014, com a publicação de dois volumes do atlas. É a partir do *corpus* do Projeto ALiB que se buscou verificar a variação diatópica, ou espacial, nas diferentes formas de designar *o filho que nasceu por último*, em dados do Estado de São Paulo, visando à observação de possíveis subfalares na região considerada.

Para esse fim, o artigo dedica-se, inicialmente, à apresentação do referencial teórico utilizado, seguido pelo detalhamento da metodologia empregada. Posteriormente, são apresentados os dados obtidos de acordo com cada região analisada e a proposição de uma motivação semântica para algumas das variantes encontradas. Por fim, são apresentadas algumas considerações acerca dos resultados.

2. Fundamentação teórica

2.1 A Dialetoлогия

Segundo Cardoso (2010, p.27), o interesse pelo estudo das variações linguísticas e diferenças dialetais fazem-se presentes ao longo da história dos povos, porém, destaca que a sistematização desses estudos ocorre somente a partir do século XIX. Observa, além disso, que o estudo da variação linguística foi realizado levando em consideração os fenômenos tanto de natureza diatópica, como variações socioculturais. O tratamento de dados linguísticos são explicitados, inclusive, em manifestações políticas, como constata a autora ao citar Covarrubias ([1611] 1994), o qual afirma em seu texto *Tesoro de la lengua Castellana o Española* que a pronúncia diferenciada da palavra *cebolla* permite a identificação de outros povos, como mouros, andaluzes, valencianos e povos próximos do mar.

Em sua exposição, aponta duas referências pertencentes a diferentes épocas, nas quais a pluralidade do uso da língua é abordada, ilustrando, a partir disso, os caminhos que levaram à formação da língua portuguesa. A primeira referência abordada, o *Appendix Probi*, publicada entre 200 e 320 d.C, lista duas variedades do latim ocorrentes na época, classificadas, de acordo com uma qualificação social, como norma preferencial e uso estigmatizado. A segunda referência contemplada pela autora, a qual destaca como a primeira a fazer observações a respeito da diversidade do português, é atribuída a Fernão de Oliveira, datada do século XVI, que descreve, por sua vez, as variedades da língua, centrando-se em fenômenos geolinguísticos e sociolinguísticos, chamando atenção, ainda, para o fato da mesma apresentar-se como uma unidade sistêmica, ou seja, conter usos gerais, todavia, reconhecendo sua diversidade nas perspectivas diatópica e diastrática.

Como mencionado, apenas no século XIX são traçados os rumos da Dialectologia como novo ramo de estudos da linguagem, seguindo seu método específico, a geolinguística. Seus primeiros passos são marcados por duas principais realizações, o levantamento de dados da realidade linguística alemã, feito por Wenker no final do século XIX; e a recolha de dados e posterior elaboração do *Atlas Linguistique de la France* (ALF), por Gilliéron e Edmont, sendo este último feito responsável pela definição dos estudos dialetais.

Deve-se chamar atenção para o fato, de acordo com Rossi (1967, p.90), de estabelecerem-se, também na Dialectologia, pressupostos teórico-metodológicos gerais, tendo em vista a natureza do material linguístico que constitui seu *corpus*, ao qual são impostas peculiaridades regionais e, até mesmo, locais. Além disso, observa que o método geográfico-linguístico tem contribuído amplamente para o progresso das ciências da linguagem, considerando os aspectos históricos, sócio-culturais e estruturais. Entre essas contribuições, destaca duas áreas de estudo, originadas a partir da Dialectologia, ambas de prestígio internacional, a Linguística espacial de Bartoli e a Onomasiologia.

É importante observar que esse ramo dos estudos linguísticos não se resume à produção de atlas linguísticos. Porém, deve-se ressaltar as vantagens desses atlas quanto à clareza e evidência, assim como unidade técnica, homogeneidade do material e densidade dos pontos estudados, aspectos não contemplados por investigações pontuais, tornando-os a aspiração máxima dos dialetólogos e um instrumento de trabalho indispensável desde a realização de Gilléron, considerados, inclusive, uma das maiores conquistas da Linguística do século XX. É importante atentar-se para o fato de os atlas linguísticos apresentarem, também, limitações no tratamento de pormenores. Todavia, verifica-se que os mesmos constituem um ponto de partida para estudos posteriores que permitam maior aprofundamento.

No que diz respeito à classificação dos atlas linguísticos, Razky (2013, p. 253) baseia-se na proposta de Thun (1997, 1998), na qual os atlas são apresentados como monodimensionais, quando estão voltados apenas para a dimensão espacial; bidimensionais, os quais contemplam, além da variação diatópica, a diassocial ou diageracional; e os atlas pluridimensionais, voltados para o tratamento da dimensão geográfica e duas ou mais dimensões sociais. Com relação aos atlas pluridimensionais, destaca o *Atlas Linguístico-etnográfico da Itália e da Suíça Meridional – AIS* (1928-1940), considerado o primeiro publicado com estas características e, no Brasil, o *Atlas Linguístico Sonoro do Pará – ALISPA* (2004).

Os estudos dialetológicos têm como objetivo, em um primeiro momento, identificar, descrever e situar a diversidade linguística, a partir de dados intercomparáveis, assim como sua ausência. Para tanto, são considerados parâmetros socioculturais,

cronológicos e espaciais, chamando-se atenção para o parâmetro espacial, uma vez que, segundo Cardoso (2010, p.15), o espaço geográfico é capaz de demonstrar as variações que a língua assume, de acordo com a região. Ao voltar-se apenas a uma perspectiva diatópica, ocupando-se, principalmente, da proposição de isoglossas que delimitam os falares próprios de uma região, observamos o método que se convencionou chamar de Dialectologia Tradicional, caracterizada pelo método geográfico-linguístico monodimensional.

A partir da década de 1960, com a incorporação de ideais sociolinguísticos, fatores sociais também passam a ser somados à perspectiva diatópica na elaboração de trabalhos de natureza dialetal, constituindo, desse modo, a geolinguística pluridimensional, segundo a qual, além do enfoque espacial, característico dos estudos dialetais, variações diastráticas, diageracionais, diagenéricas e diafásicas também passam a ser consideradas no tratamento dos dados linguísticos. No que concerne à constituição dos atlas linguísticos, portanto, Cardoso (2010, p.19) expõe que os dados neles apresentados devem ser recolhidos *in loco*, a partir de informantes com perfis previamente estabelecidos, com a finalidade de que suas falas permitam a observação de variáveis consideradas relevantes para o estudo. Além disso, discute que variáveis de natureza sociolinguística, como idade, sexo, escolaridade, profissão e inserção social devem ser controladas e identificadas em pesquisas dialetológicas e apresentadas, cartograficamente, junto às informações diatópicas, exemplificando essa representação em produções como o *Atlas Linguístico de Sergipe II – ALS II* e o *Atlas Linguístico Diatópico y Diastrático del Uruguay – ADDU*, caracterizados como atlas linguísticos pluridimensionais.

2.2 O percurso dialetológico no Brasil

O percurso dos estudos dialetológicos no Brasil tem suas primeiras manifestações no século XIX. Segundo Mota e Cardoso (2006, p.17), a primeira manifestação é atribuída a Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca, o qual integra o *Atlas Ethnographique du Globe* de Adrian Balbi, em 1826. Existem, de acordo com as mesmas, duas classificações para os estudos dialetais no Brasil, uma proposta por Nascentes (1952, 1953) e outra por Cardoso e Ferreira (1994), as quais serão descritas a seguir. Além disso, lançam o questionamento a respeito da constituição de uma nova fase dos estudos dialetológicos no Brasil, a partir da retomada do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, em 1996.

Segundo a proposta de Nascentes (1952, 1953), os estudos dialetais brasileiros podem ser divididos em duas fases. A primeira fase é iniciada em 1826, contexto de publicação dos estudos de Borges de Barros no livro de Adrien Balbi, perdurando até 1920, ocasião de publicação do livro *O dialeto caipira*, por Amadeu Amaral. As autoras afirmam que a classificação de Nascentes tem como base a natureza dos estudos realizados, sendo importante ressaltar o caráter lexical da primeira fase abordada, constituída de glossários, vocabulários, léxicos e dicionários. A segunda fase surge, desse modo, a partir de 1920, com a publicação da obra de Amadeu Amaral, caracterizada pela observação da realidade de áreas linguísticas específicas, com abordagens também nos níveis da fonética, morfologia, sintaxe e semântica.

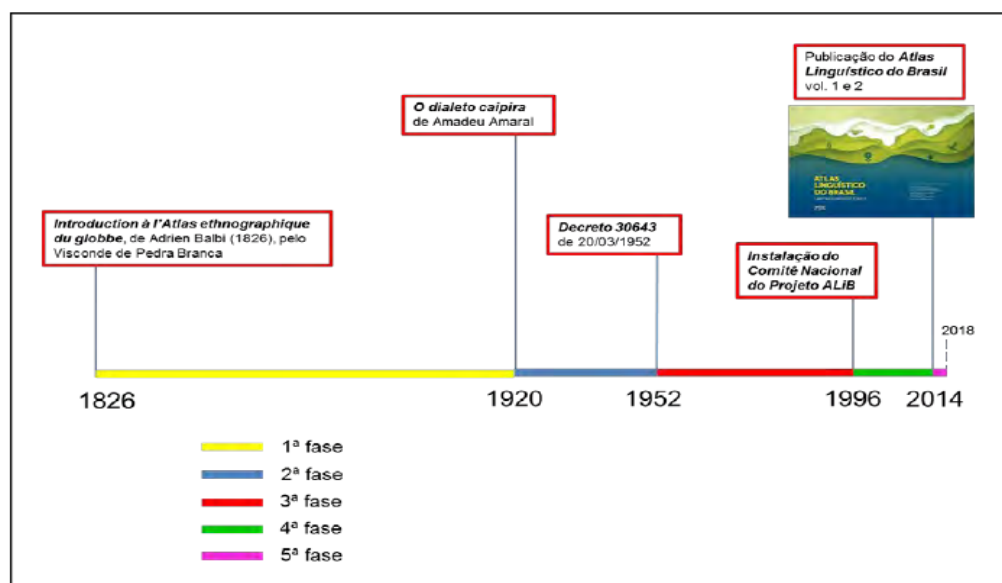
A proposta de Cardoso e Ferreira (1994), por outro lado, divide os estudos dialetais no Brasil em três fases, de acordo com as tendências dominantes em cada época e chamando atenção para o surgimento da Geolinguística no Brasil, a partir de 1952. Consideram válidas as duas fases propostas por Nascentes (1952, 1953), porém, acrescidas de uma terceira fase, iniciada em 1952, com o Decreto n° 30.643, o qual atribui

à Casa de Rui Barbosa a elaboração de um Atlas Linguístico do Brasil. Somam-se a este marco a elaboração de atlas regionais, como o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, publicado em 1963, e os ideais dialetológicos propostos por Serafim da Silva Neto em *Guia para estudos dialetológicos no Brasil*, publicado em 1957.

No final do século XX, segundo as autoras, foi possível perceber o crescimento de pesquisas na área da Geolinguística, com o aumento de publicações, congressos, trabalhos de pós-graduação e projetos de atlas regionais, que passam de cinco para oito, entre 1998 e os primeiros anos do novo milênio, coincidentes com as atividades do Projeto ALiB. Nesta ocasião, observa-se, também, a passagem de uma perspectiva tradicional da Geolinguística, ou monodimensional, para uma visão que incorpora os princípios implementados pela sociolinguística, denominada Geolinguística contemporânea, ou pluridimensional. Essa nova abordagem é marcada pelo acréscimo ao parâmetro diatópico de outros parâmetros de variação, como diassexual, diastrático, diageracional, entre outros, além da ampliação dos parâmetros que dizem respeito aos informantes, em detrimento do HARAS (homem adulto, rurícola, analfabeto e sedentário).

Mota e Cardoso (2006, p.19) destacam, por fim, que o Projeto ALiB consiste em um marco divisório de uma quarta e nova fase da dialetologia no Brasil, levando em conta seu alcance nacional, com convênios e parcerias entre universidades e apoio financeiro de alguns órgãos. Ademais, ressaltam a adoção de uma metodologia pluridimensional para o tratamento dos dados linguísticos.

Teles (2018, p. 80) atualiza as fases para os estudos dialetológicos do Brasil, organizando-as em cinco, conforme figura 1:



Fonte: Teles (2018, p. 81).

Em 2018, em tese de doutoramento, a professora e, também, membro da Comissão de Informática e Cartografia – CIC, do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, Ana Regina Torres Ferreira Teles (em memória) realizou a proposta de uma nova fase aos estudos dialetais no Brasil, a quinta. Para a autora, essa fase começa com a publicação dos dois primeiros volumes do ALiB, segue até os dias atuais e sua principal característica são os trabalhos que têm sido desenvolvidos a partir do

conteúdo do atlas.

2.3 O Atlas Linguístico do Brasil

A ideia de criação de um atlas linguístico do Brasil remonta a meados do século XX, contexto em que nomes de destaque nos estudos dialetológicos, como Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e Nelson Rossi, demonstravam interesse nessa empreitada. Esse querer também era compartilhado pelo governo brasileiro, o qual define, a partir do Decreto 30.643 de 20 de março de 1952, como uma das funções da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, a realização de um atlas nacional.

Porém, devido a dificuldades de diversas ordens, como problemas de mobilidade, o pouco desenvolvimento dos meios de comunicação e a falta de interesse de estudantes homens no projeto/área de pesquisa, tendo em vista os obstáculos impostos às estudantes interessadas. Sua realização naquele então tornou-se inviável, optando-se pela elaboração de atlas regionais, seguindo considerações dos especialistas da área, os já citados Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e Antenor Nascentes, os quais defendem como primeiro passo a ser dado, a elaboração de atlas regionais, ponto de vista exposto por Silva Neto e Cunha no *III Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros* (1957) e por Nascentes em sua obra *Bases para elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil* (1958, 1961).

Paim (2019, p.76) observa, no entanto, a urgência em retomar esse projeto, uma vez que a mudança de configuração nos cenários rural e urbano, assim como algumas consequências da globalização, como a facilidade de transporte, expansão dos meios de comunicação e evolução das mídias, podem levar ao surgimento de novas variantes linguísticas, da mesma forma que outras podem ser perdidas. A ideia de elaboração do atlas linguístico do Brasil é retomada no *Seminário Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, realizado em novembro de 1996, na UFBA, contexto no qual são discutidas temáticas referentes à política geolinguística no Brasil, à metodologia do projeto em questão e a criação de um comitê nacional para o mesmo.

Uma primeira discussão mais ampla a respeito dos procedimentos metodológicos referentes ao projeto é realizada em 1999, na UFBA, no contexto do Workshop sobre técnicas e métodos de trabalho de campo para a preparação de inquiridores para o Atlas Linguístico do Brasil. Com essa discussão, apontam a definição de uma rede de pontos constituída de 250 localidades, entre elas 25 capitais, excluindo-se Palmas, capital de Tocantins, e o Distrito Federal, escolhidas seguindo critérios como a existência de áreas dialetais já delimitadas em estudos realizados anteriormente; a importância da localidade no Estado ou Região; e os limites interestaduais e internacionais, estando 134 dessas localidades em conformidade com os 601 pontos sugeridos por Nascentes (1958) e 37 apresentando casos de coincidência com atlas regionais já publicados.

Além disso, propõe-se a divisão do projeto em quatro etapas, estando a primeira etapa voltada à implantação do projeto, determinação dos critérios para escolha das localidades e perfil dos informantes e criação dos questionários linguísticos; a etapa dois, por sua vez, está direcionada à preparação dos inquiridores e constituição do *corpus* do projeto; a terceira está focada na transcrição e análise dos dados linguísticos e posterior elaboração das cartas e comentários; e, a quarta etapa, centrada na editoração e publicação dos resultados, a qual foi realizada em 2014 com a publicação do primeiro volume de cartas linguísticas.

Isto posto, delimitam-se os objetivos definidos para o Projeto Atlas Linguístico

do Brasil, como a descrição da realidade linguística do Brasil, centrando-se nas diferenças diatópicas; a criação de subsídios para o ensino/aprendizagem do português brasileiro, trazendo uma melhor interpretação da natureza multidialetal do Brasil; traçar uma divisão dialetal das regiões a partir de isoglossas, representadas, cartograficamente, em mapas linguísticos e estudos para interpretação desses fenômenos; e, por fim, o fornecimento de um imenso volume de dados dialetais aos interessados em realizar estudos linguísticos. Quanto aos informantes, são fixados quatro por localidade, com exceção das capitais de Estados, as quais apresentarão oito informantes. Os informantes serão distribuídos, equitativamente, por duas faixas etárias, 18 a 30 anos e 50 a 65 anos, homens e mulheres.

Mota e Cardoso (2000, p.54) apontam que os informantes devem ser naturais da região linguística pesquisada, não apresentando afastamento da localidade por mais de um terço de sua vida. Observam, ainda, a definição de quatro tipos de questionários, os quais contemplam os aspectos semântico-lexical, fonético-fonológico, morfossintático e prosódico, além de apresentarem questões voltadas à pragmática, temas para discursos semidirigidos e leitura de texto. Mota (2006, p.243) ressalta, inclusive, a produção de um atlas de terceira geração, caracterizado pelo registro em CD da fala dos informantes e comentários sobre as cartas linguísticas.

2.4 O léxico

De acordo com Abbade (2012, p.141), a linguagem humana é expressa por palavras, as quais, por sua vez, constituem o sistema lexical de uma língua. Com isso, afirma que a língua é um dos mais fortes retratos culturais de um povo, manifestando, através do léxico, características sociais, econômicas, etárias e culturais do falante, além de expressar e constituir a história social do homem.

A autora destaca que os estudos acerca das palavras remontam à Antiguidade Clássica, apresentando como manifestação mais antiga no Oriente a padronização do sânscrito por Panini, na Índia, século IV a.C, através de uma gramática, na qual se representou a fonética, fonologia e morfologia da língua. Ademais, Panini expõe, em sua gramática, a definição de elementos como palavras reais, as lexias, e palavras fictícias, os morfemas, definições essas que, segundo a referida autora, contribuem para o desenvolvimento dos estudos lexicais.

No âmbito ocidental, atribuem-se, aos gregos, as primeiras manifestações, que datam do século V a.C, responsáveis pela fundamentação do campo da semântica ao voltarem-se para o estudo da palavra enquanto conceito, relacionando ideia e forma, a partir de reflexões filosóficas. Os latinos, por seu turno, contribuem com os estudos lexicais a partir de estudos gramaticais, demonstrando a oposição entre sistema, que consiste na gramática da língua, e norma, seu uso social efetivo.

Durante a Idade Média, as manifestações greco-latinas continuam a contribuir, com a realização de discussões a respeito da exatidão das palavras, trazendo a dicotomia entre realistas *versus* nominalistas, segundo a qual as palavras podem ser reflexos das ideias ou representações arbitrárias das coisas, respectivamente. Abbade (2012, p.143) exprime que, do Renascimento até o século XVIII, os estudos lexicais voltam-se para dois eixos: a elaboração de dicionários e listas lexicais, além disso, observa que, por um longo período de tempo, pouco foi feito no campo dos estudos lexicais devido ao foco dado pelos linguistas aos estudos gramaticais. Porém, em finais do século XIX, graças à Geografia Linguística e conseqüente desenvolvimento da Onomasiologia, o interesse linguístico desloca-se para a observação dos problemas

lexicais, tendência que perdura até o século XX.

No que concerne aos estudos lexicais propriamente ditos, Razky (2013, p.248) expõe que o léxico tem sido estudado segundo as abordagens sincrônica e diacrônica, ou ainda, considerado comparativamente nos registros atuais e de épocas anteriores da língua. A partir disso, destaca a elaboração de dicionários, glossários, dicionários técnico- científicos e bancos de dados terminológicos, estando estes últimos ligados ao surgimento de disciplinas como a Terminologia e a Socioterminologia.

O autor exprime, ainda, que a Dialetoлогия e, conseqüentemente, a Geolinguística sempre estiveram interessadas em observar as variações lexicais ocorridas devido às transformações sociopolíticas e geopolíticas em diferentes regiões. Com relação ao enfoque dialetológico no Brasil, ressalta o Projeto ALiB como um marco na história dos estudos das variações lexicais no país.

2.5 A variação diatópica

Cardoso (2010, p.48) exprime que os primeiros estudos dialetológicos realizados visavam, prioritariamente, à retratação das diferenças espaciais. Esse querer, por sua vez, levou ao conhecimento da realidade linguística dentro dos espaços físicos e ao desenvolvimento de trabalhos que tinham como finalidade a descrição linguística correspondente à área de um território politicamente definido.

A autora ressalta a fala de Rossi (1984), que atenta para o fato de esses espaços físicos, no âmbito das ciências humanas, apresentarem-se como espaços sociais, os quais, segundo o referido autor “definem-se não por coordenadas no fundo astronômicas ou geofísicas, mas pelos traços histórico-culturais das sociedades humanas ou segmentos delas que os ocupam”. Verificando-se, portanto, que as diferenças espaciais ganham destaque pelo fato de permitirem uma melhor visualização dos fenômenos linguísticos, assim como seu distanciamento e aproximação, além de permitir uma melhor percepção dos mesmos.

Ademais, segundo a já citada autora, a abordagem desses espaços é orientada por enfoques diferenciados, sendo estes locais, regionais ou de maior amplitude. Essas diferentes perspectivas, por outro lado, têm um fim definido, que consiste no estabelecimento das relações entre as modalidades de usos de uma ou de várias línguas e, para tanto, fatos linguísticos são identificados e confrontados pela presença ou ausência de fenômenos linguísticos nas diferentes áreas consideradas.

3. Metodologia

Este trabalho baseia-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Geolinguística Pluridimensional, considerando, portanto, aspectos como faixa etária, sexo e escolaridade dos informantes, somados à observação diatópica, característica do método. Como mencionado, o Projeto ALiB estabelece uma divisão de quatro informantes por localidade, com exceção das capitais de Estado, nas quais são considerados oito informantes. Portanto, o recorte feito para este trabalho considerou quatro informantes em cada uma das localidades observadas, totalizando 20 indivíduos, divididos, equitativamente, entre homens e mulheres e entre as faixas etárias I e II, como pode ser observado no Quadro 1

Quadro 1: perfis dos informantes.

Nº do informante	Nível de escolaridade	Faixa etária	Gênero	Localidade
1	Fundamental	1	Masculino	150
2	Fundamental	1	Feminino	150
3	Fundamental	2	Masculino	150
4	Fundamental	2	Feminino	150
1	Fundamental	1	Masculino	151
2	Fundamental	1	Feminino	151
3	Fundamental	2	Masculino	151
4	Fundamental	2	Feminino	151
1	Fundamental	1	Masculino	152
2	Fundamental	1	Feminino	152
3	Fundamental	2	Masculino	152
4	Fundamental	2	Feminino	152
1	Fundamental	1	Masculino	153
2	Fundamental	2	Feminino	153
3	Fundamental	3	Masculino	153
4	Fundamental	4	Feminino	153
1	Fundamental	1	Masculino	161
2	Fundamental	1	Feminino	161
3	Fundamental	2	Masculino	161
4	Fundamental	2	Feminino	161

Fonte: banco de dados do Projeto ALiB. Elaborado pelas autoras, 2020.

Além disso, faz um recorte de cinco localidades da rede de pontos do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, referente aos pontos 150, 151, 152, 153 e 161, municípios de Jales, Votuporanga, São José do Rio Preto, Barretos e Presidente Epitácio, localizados no Estado de São Paulo (Figura 2).

Figura 2: Carta VIII - Rede de pontos (Região Sudeste).



Fonte: Cardoso et al (2014).

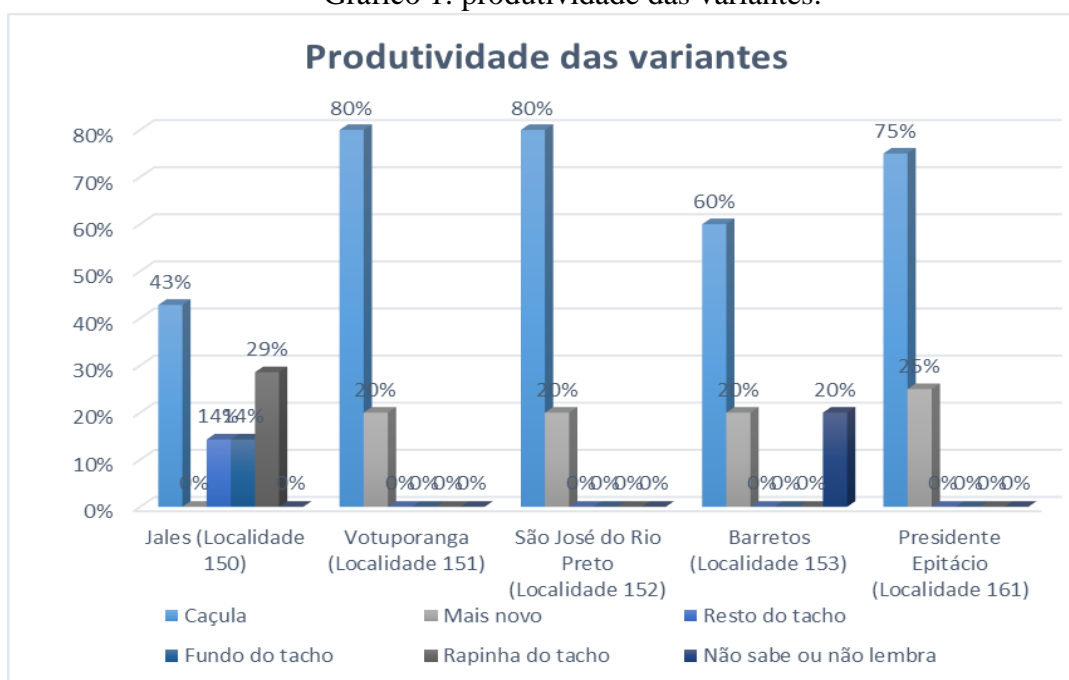
Para observação da variação diatópica entre as localidades, foi considerada a questão 131 do questionário semântico-lexical do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, referente ao campo semântico *ciclos da vida*, a qual apresenta a seguinte formulação: *como se chama o filho que nasceu por último?* (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001, p. 31).

4. A variação diatópica em denominações para o filho que nasceu por último no Estado de São Paulo

Foram obtidas, a partir dos inquéritos analisados, um total de 26 respostas à questão 131 do questionário semântico-lexical do Projeto ALiB. Entre essas, uma corresponde à situação em que o informante não conseguiu recordar o termo utilizado para o referente perguntado; as demais respostas, por seu turno, dividem-se entre a lexia *caçula*, e as estruturas fraseológicas *mais novo*, *resto do tacho*, *rapinha do tacho* e *fundo do tacho*.

Observou-se que a variante *caçula* foi a mais produtiva em todas as localidades analisadas, seguida da variante *mais novo*, apresentando a seguinte produtividade: 65% e 15% das respostas obtidas, respectivamente. Com relação às demais variantes, verificou-se a realização das mesmas apenas no ponto 151, município de Jales, onde *resto do tacho* e *fundo do tacho*, apresentaram, cada uma, 14% de produtividade nesta localidade e *rapinha do tacho*, por sua vez, 29% de produtividade, como pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1: produtividade das variantes.



Fonte: banco de dados do Projeto ALiB. Elaborado pelas autoras, 2020.

Ademais, verificou-se uma possível motivação semântica para as variantes *resto do tacho*, *fundo do tacho* e *rapinha do tacho* e, para tanto, buscou-se uma definição

para o tacho, termo aludido em todas as estruturas fraseológicas. Segundo o dicionário Caudas Aulete Digital, tacho consiste em uma “panela grande e redonda, larga e de pouca fundura, com alças, para cozinhar maior quantidade de comida”. Esse mesmo utensílio é comumente utilizado no processo de fabricação de queijo manteiga, por exemplo, que nos interessa pelo fato de os resíduos do queijo manteiga que sofrem processo de fusão no tacho serem raspados ao fim do processo, e misturados ao queijo para formar o queijo manteiga com raspas do tacho. É possível, portanto, identificar uma motivação semântica para esta estrutura fraseológica para designar o filho que nasce por último, assim como as demais verificadas neste trabalho, uma vez que fazem alusão ao que sobra do processo de fabricação do queijo manteiga, o último material retirado, assim como o filho que nasce por último.

5. Considerações finais

Tendo em vista os resultados obtidos, é possível observar a predominância da lexia *caçula* em todas as localidades consideradas neste estudo para designação do *filho que nasceu por último*, seguida da estrutura fraseológica *mais novo*, segunda mais produtiva em quatro das cinco localidades analisadas. Além disso, constata-se uma possível motivação semântica para estruturas fraseológicas como *resto do tacho*, assim como outras que fazem alusão ao utensílio, compreendendo, portanto, a influência da tradição popular, neste caso relacionada a um processo de fabricação de queijo, no falar de uma determinada região.

No que concerne ao uso das variantes citadas, *resto*, *rapinha* e *fundo do tacho*, como resposta à questão 131 do QSL do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, verifica-se sua ocorrência apenas no ponto 150, município de Jales, permitindo, por conseguinte, a percepção das mesmas como características dessa localidade, fato que leva à observação de um possível subfalar da região.

Referências

- ABBADE, Celina Márcia de Souza. **Lexicologia social**: a lexemática e a teoria dos campos lexicais. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Tindrade Costa de (org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia e terminologia. Campo Grande: Editora UFMS, 2012. p. 141-161.
- Aulete digital. **Tacho**. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/tacho>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. São Paulo: Parábola Editorial, 2002. 158 p.
- CARDOSO, Suzana Alice. **Geolinguística**: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, 198 p.
- CARDOSO, S. et al. **Atlas linguístico do Brasil**. Cartas linguísticas 1, vol. 2. Londrina EDUEL, 2014.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. **Atlas Linguístico do Brasil**: questionário 2001. Londrina: Editora UEL, 2001. 56 p.
- FREITAG, Raquel Meister Ko; LIMA, Geralda de Oliveira Santos. **Sociolinguística**. São Cristóvão: Cesad - UFS, 2010. 147 p.
- MARCHUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gênero e**

compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 295 p.

MOTA, Jacyra Andrade. Reflexões sobre a arte de fazer inquéritos linguísticos. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (org.). **Documentos II: projeto atlas linguístico do Brasil.** Salvador: Quarteto, 2006. p. 239-259.

MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. **DIALETOLOGIA BRASILEIRA: o atlas linguístico do Brasil.** Revista ANPOLL, [S.L], n. 8, p. 41-57, jun. 2000.

MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Para uma nova divisão dos estudos dialetais brasileiros. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (org.). **Documentos II: projeto atlas linguístico do Brasil.** Salvador: Quarteto, 2006. 15-26 p.

PAIM, Marcela Moura Torres. **Tudo é Diverso no Universo.** Salvador: Quarteto, 2019.

RAZKY, Abdelhak. **A dimensão sociodialetal do léxico no projeto Atlas Linguístico do Brasil.** Signum: Estudos da Linguagem, Londrina, v. 16, n. 2, p. 247-270, 25 dez. 2013. <http://dx.doi.org/10.5433/2237-4876.2013v16n2p247>.

ROSSI, Nelson. **A Dialectologia.** In: I SEMINÁRIO DE LINGUÍSTICA DE MARÍLIA, 11., 1966, Marília. Alfa: revista de Linguística. Marília: FFCL de Marília, 1967. p. 89-115. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3299/3026>. Acesso em: 11 nov. 2020.

TELES, Ana Regina Torres Ferreira. **Cartografia e Georreferenciamento na Geolinguística: revisão e atualização das regiões dialetais e da rede de pontos para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil formuladas por Antenor Nascentes.** 2018. 485 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.